

**Processos participativos da sociedade civil nas instâncias do turismo:
Fóruns e conselhos****Participatory processes of civil society in tourism instances: Forums and
councils****LUCIANA GOMES DE VIVEIROS¹**

Universidade Federal Fluminense

Contacting author: luviveiros@id.uff.br**Palavras-chave** | Processo participativo, Políticas públicas, Turismo, Fóruns e Conselhos

Objetivos | A escolha desse tema se fundamenta na importância crescente da participação cidadã na tomada de decisões políticas e sociais no Brasil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a descentralização da gestão pública foi oficialmente estabelecida, transferindo para os municípios diversas atribuições (Fratucci, 2014). Alinhado ao princípio da gestão democrática, esse movimento visa fomentar a participação social. O modelo de gestão descentralizada do turismo permite que cada Unidade Federada, Estado, região e município, busquem suas próprias alternativas de desenvolvimento, adaptadas às suas realidades e especificidades (Brasil, 2007). Os fóruns e conselhos desempenham um papel fundamental como meio para ampliar a participação social na administração das atividades relacionadas ao turismo em uma região. Em todo o processo de gestão de uma Instância de Governança local ou regional, é crucial manter, constantemente, em mente a importância e promover o fortalecimento da participação social. Com a proliferação de conselhos e fóruns participativos, é fundamental compreender como os processos participativos impactam na sua efetiva estruturação. Este estudo busca preencher lacunas de entendimento nesse cenário, contribuindo para a expansão do conhecimento sobre a dinâmica participativa na formação dessas instâncias. O objetivo principal desta pesquisa é analisar de que forma os processos participativos influenciam a estruturação de conselhos e fóruns participativos no contexto brasileiro, em especial no Conselho Municipal de Turismo de Petrópolis (COMTUR – Petrópolis), município do estado do Rio de Janeiro, no último período da gestão presidencial da sociedade civil (2020 e 2021). Pretende-se investigar as práticas adotadas, identificar desafios enfrentados e avaliar o impacto desses processos na eficácia e representatividade dessa instância. Este estudo é relevante em virtude da crescente importância da participação da sociedade civil nas decisões que afetam a coletividade. Compreender como os processos participativos contribuem para a formação e operação de conselhos e fóruns no Brasil é essencial para fortalecer a democracia e promover a efetiva representatividade.

Metodologia | Para este estudo, foi conduzida uma revisão sistemática de literatura nas principais bases de dados, visando identificar uma seleção de publicações que permitiram uma compreensão aprofundada das discussões existentes sobre o tema em questão. Além disso, foi realizado um levantamento documental, incluindo pesquisas em jornais, revistas, documentos oficiais, entre outras fontes, proporcionando uma visão holística e abrangente do contexto, todos analisados a luz da Análise de Conteúdo. No que diz respeito aos objetivos do estudo proposto, uma abordagem de pesquisa exploratória e descritiva foi considerada a mais apropriada. Essa abordagem visou proporcionar uma maior familiaridade com o problema em questão, tornando-o mais explícito ao detalhar os fatos e fenômenos relacionados à participação social na constituição do COMTUR - Petrópolis. O trabalho tem uma base teórica, com conhecimento empírico oriundo de observação direta e participação ativa no Conselho Municipal de Turismo de Petrópolis. É importante ressaltar que o mérito central do método empírico reside em destacar a importância da experiência na formação do conhecimento (Gerhardt & Souza, 2009). Por fim, foi adotado uma abordagem qualitativa, buscando compreender as razões subjacentes aos fenômenos estudados, a fim de fornecer informações detalhadas e novos insights para a compreensão do papel da participação social na constituição e do conselho municipal de turismo de Petrópolis (COMTUR – Petrópolis).

Principais Resultados e Contributos | É fundamental ressaltar que o controle social representa simultaneamente um requisito e uma ferramenta indispensável para a construção do direito a uma sociedade democrática. Os conselhos de turismo, por sua vez, emergem como uma inovação política, institucional e cultural importante para a consolidação das políticas públicas de turismo. Nesse contexto, reconhece-se a necessidade de estudos dedicados à análise da dinâmica de participação social no COMTUR - Petrópolis, contribuindo para elaboração de políticas públicas do município de Petrópolis e no controle das ações implementadas.

Limitações | De um lado, evidenciam-se desafios relacionados às instituições participativas estabelecidas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Estes problemas abrangem a composição das instituições, sua atuação que, por vezes, não reflete adequadamente a diversidade da sociedade civil, e a falta de clareza em relação aos papéis que devem desempenhar. Estas questões estão principalmente vinculadas ao desempenho dessas instituições participativas (Pinto Souza et al., 2018).

Acredita-se que a presença de conselheiros qualificados tecnicamente, institucionalmente e politicamente é um elemento crucial para que o COMTUR – Petrópolis desempenhe efetivamente seu papel de controle social. Para alcançar esse objetivo, é imperativo manter uma estrutura de poder democrática e garantir a presença de conselheiros qualificados em diversos aspectos (Pimenta Magalhães & Xavier, 2019). Contudo, para que o controle social seja verdadeiramente efetivo, é necessário superar certas limitações que atualmente impedem o exercício democrático desse

controle. Entre essas limitações, destaca-se o acesso limitado a capacitações, que se configura como um obstáculo para o desempenho pleno das funções dos conselheiros. Superar esse desafio torna-se crucial para fortalecer o controle social no conselho, promovendo uma participação mais informada e ativa.

Conclusões | Este estudo não apenas se propõe a contribuir para a compreensão da participação social no COMTUR - Petrópolis, mas também reconhece a necessidade de abordar desafios específicos para fortalecer o controle social nesses espaços, fóruns e conselhos. O aprimoramento da representatividade e eficácia dessas instâncias é crucial para promover uma gestão turística mais inclusiva e democrática, alinhada aos princípios da descentralização e participação.

Referências

- Brasil (2007). *Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional, Brasília*. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf
- Fratucci, A. C. (2014). A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In D.T.Pimentel, M.L. Emmendoerfer, & E.L. Tomazzoni (Org.), *Gestão Pública do Turismo no Brasil – teorias, metodologias e aplicações* (pp. 39-64). Caxias do Sul, RS: Educs.
- Gerhardt, T. E. & Souza, A. C. (2009). Aspectos Teóricos e Conceituais. In T.E. Gerhardt, & D.T. Silveira (Org.). *Métodos de Pesquisa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul /UFRGS* (pp. 11-29), Porto Alegre, RS.
- Pimenta Magalhães, F. G. G., & Xavier, W. S. (2019). Processo participativo no controle social: Um estudo de caso do conselho municipal de saúde de Juiz de Fora (MG), *REAd- Porto Alegre*, 25(1). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.233.87813>
- Pinto Souza, T. R. G., Martins, S., Leonel, D. S. & Ckagnazaroff, I. B. (2018). Governança participativa: Possibilidades e desafios na gestão local. *Interações, Campo Grande, MS*, 19(3), 627-641. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v19i3.1730>